

# RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

1º SEMESTRE 2018





STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.  
Av. Fernão de Magalhães 1862, 13º | 4350 – 158 Porto  
Telefone: +351 225 071 000  
Fax: +351 225 071 150  
*E-mail:* [geral@stcp.pt](mailto:geral@stcp.pt)  
*Internet:* [www.stcp.pt](http://www.stcp.pt)

Capital Social: EUR 231.352.770,00

NIPC e Matrícula: 500 246 467  
Conservatória do Registo Comercial do Porto – 2ª secção

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

# Índice

<b>1</b>	<b>Relatório de Gestão .....</b>	<b>4</b>
1.1	<i>APRESENTAÇÃO DA STCP.....</i>	<i>4</i>
1.2	<i>ACONTECIMENTOS RELEVANTES DO SEMESTRE.....</i>	<i>7</i>
1.3	<i>ATIVIDADE DO SEMESTRE.....</i>	<i>12</i>
1.4	<i>RESULTADOS CONSOLIDADOS.....</i>	<i>14</i>
1.4.1	<i>Evolução dos resultados .....</i>	<i>14</i>
1.4.2	<i>Evolução Patrimonial.....</i>	<i>16</i>
1.5	<i>IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS.....</i>	<i>18</i>
1.6	<i>PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO.....</i>	<i>18</i>
1.7	<i>MODELO DE GOVERNO .....</i>	<i>19</i>
1.7.1	<i>Identificação dos Órgãos Sociais .....</i>	<i>19</i>
1.7.2	<i>Estatuto remuneratório .....</i>	<i>20</i>
1.7.3	<i>Atribuições dos membros do Conselho de Administração.....</i>	<i>22</i>
<b>2</b>	<b>Demonstrações Financeiras Consolidadas .....</b>	<b>25</b>
2.1	<i>NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....</i>	<i>31</i>
<b>3</b>	<b>Declaração de Conformidade .....</b>	<b>47</b>

## 1 Relatório de Gestão

### 1.1 Apresentação da STCP

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, abreviadamente designada por STCP, S.A..

Em 30 de junho de 2018 o capital social da empresa, totalmente realizado, era de 231.352.770,00 euros, representado por 46.270.554,00 ações, com o valor nominal de 5,00 euros cada, detido na totalidade pelo Estado Português.

A sociedade tem por objeto principal a exploração do transporte rodoviário de passageiros na área urbana do Grande Porto podendo ainda explorar transportes coletivos de passageiros de superfície dentro e fora daquela área, bem como outras atividades complementares ou subsidiárias do seu objeto principal.

A STCP tem uma rede de transportes com 488 km de extensão, que se desenvolve em 33 freguesias dos 6 concelhos da Área Metropolitana do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, e em desses concelhos, servindo aproximadamente 1 milhão de habitantes. A rede de transportes é composta por 73 linhas, 69 operadas em modo autocarro e 3 em modo carro elétrico, servindo 2.491 paragens.

A STCP, S.A. detém participações sociais nas seguintes empresas, que constituem o grupo STCP:



**STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.**

A STCP Serviço é uma empresa detida a 100% pela STCP, S.A. e que tem por missão a prestação de serviços de transporte turístico em autocarro e / ou carro elétrico e a comercialização de viagens ou outros produtos turísticos.

Em março de 2012 a STCP, S.A. deliberou cessar a atividade turística da STCP Serviços uma vez que essa empresa não gerava rendimentos que permitissem a cobertura dos gastos. Assim, a partir daquela data, o volume de negócios da STCP Serviços passou a ser nulo. Nos últimos anos têm sido empreendidos esforços de resolução dos processos administrativos e financeiros pendentes, nomeadamente o recebimento de dívidas de parceiros comerciais e de revendedores dos produtos turísticos. Encontram-se também em resolução situações referentes a faturações recebidas de parceiros para as quais a STCP Serviços tem a expectativa de efetuar encontro de contas.



### **TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.**

O TIP é um Agrupamento Complementar de Empresas constituído, em dezembro de 2002, pela Metro do Porto, S.A., pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. e pela empresa Caminhos de Ferro Portugueses, com o objetivo de promover a implementação da intermodalidade nos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto (AMP) e Trofa.



### **Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.**

A Transpublicidade tem por objeto social a exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.



**Metro do Porto**

**Metro do Porto, S.A.**

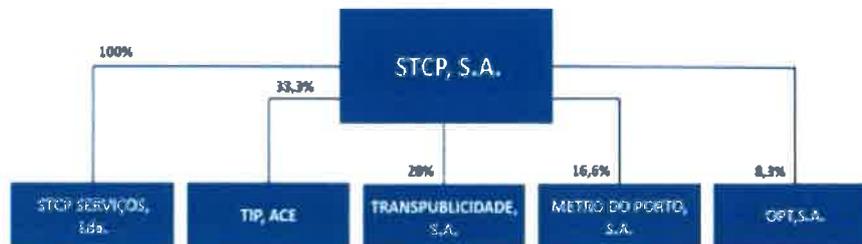
A Metro do Porto tem por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto. A concessão compreende ainda a conceção e realização do projeto, a realização das obras de construção e o fornecimento e montagem de equipamentos.



**OPT – Optimização e Planeamento de Transportes S.A.**

A OPT, Optimização e Planeamento de Transportes, S.A., tem como área nuclear de atividade a gestão operacional do transporte coletivo urbano, atuando em duas grandes áreas de desenvolvimento de projetos de I&D, no âmbito do planeamento operacional de transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes e geração automática de informação ao público. Realiza também trabalhos de consultoria na área do planeamento operacional de transportes.

As **participações sociais da STCP, S.A., a 30 de junho de 2018**, nas empresas subsidiárias, associadas e participadas eram as seguintes:



Não ocorreu qualquer alteração nas participações sociais durante o primeiro semestre de 2018.

O grupo STCP utiliza a consolidação pelo método integral com a subsidiária STCP Serviços. De salientar que das duas empresas STCP, S.A. e STCP Serviços, apenas a STCP, S.A. tem atividade operacional.

As empresas associadas TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A. foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

## 1.2 Acontecimentos relevantes do semestre

### Início do mandato do Conselho de Administração da STCP

A 1 de janeiro teve **início o mandato**, para o período 2018 – 2020, dos novos membros do **Conselho de Administração da STCP**:

Presidente Executivo - Dr. Paulo de Azevedo – iniciou funções a 15 de janeiro

Vogal Executivo - Eng.º Ângelo Oliveira

Vogal Executiva - Dra. Isabel Moniz

Vogal Não Executiva - Dra. Paula Ramos

Vogal Não Executivo - Arq. Avelino Oliveira

A 2 de janeiro decorreu a **Cerimónia de tomada de posse da nova Administração da STCP**, com a presença do Ministro do Ambiente, Eng.º João Pedro Matos Fernandes, realizada na Estação de Recolha de Francos.

### Atualização do Tarifário

O **Tarifário foi atualizado em termos médios em 1,4%**, a partir de 1 de janeiro, por autorização do Despacho Normativo nº 21-A/2017, de 11 de dezembro.

### Projeto FABULOS

Em janeiro decorreu em Helsínquia a **primeira reunião do Projeto FABULOS** (Sistemas de Operação de Nível Urbano de Autocarros Automatizados Futuros), com todos os parceiros que fazem parte deste projeto, integrado no programa europeu de I&D para conceção, teste e utilização de sistemas de gestão de autocarros automatizados sem condutor, na frota de serviço público de transporte.

### Certificados APCER renovados

A 18 de abril ocorreu o **ato oficial de entrega dos Certificados APCER** (Associação Portuguesa de Certificação), renovados em 2017. A STCP possui um Sistema Integrado de Gestão certificado pelos referenciais: NP EN ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade; NP EN ISO 14001:2012 – Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001: 2007 / NP 4397:2008 – Sistemas de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.



Em junho foi realizada uma **Auditoria**

**Interna ao Sistema Integrado de Gestão de acordo com os novos requisitos dos referenciais de Gestão da Qualidade e do Ambiente**, tendo por objetivo avaliar a adequabilidade do Sistema de Gestão para a transição para estas novas versões normativas.

### **Início da operação da nova geração de autocarros movidos a gás natural e dos autocarros 100% elétricos**

A 20 de abril a STCP foi dado **início à operação, na rede da STCP, dos autocarros 100% elétricos e da nova geração de autocarros movidos a gás natural** colocando, numa primeira fase, três veículos em circulação, dois elétricos e um a gás natural comprimido.

No final do mês de junho encontravam-se já em operação na rede de transportes da empresa, 12 novos autocarros, 6 movidos a energia elétrica e 6 da nova geração de gás natural.

Até ao final do ano está prevista a chegada da totalidade dos 15 autocarros elétricos e de 35 autocarros a gás natural, do total das 188 viaturas "verdes" a integrar na frota da empresa até meados de 2020. Este projeto conta com o financiamento parcial do Programa POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Estes novos veículos permitirão, entre outros aspetos, reduzir a zero as emissões de CO<sub>2</sub>, indo assim ao encontro de uma política de aproveitamento de recursos energéticos não poluentes a que a STCP pretende dar força.

No dia 20 de abril foi **realizada uma cerimónia para assinalar a chegada dos novos veículos,**

presidida pelo Eng.º João Pedro Matos Fernandes, Ministro do Ambiente, que contou ainda com as presenças do Dr. José Gomes Mendes, Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, do Presidente do Conselho Metropolitano



do Porto, Dr. Eduardo Vítor Rodrigues e dos autarcas da Área Metropolitana do Porto.

### **Novo percurso no término da linha 200 e Retomada a operação da linha ZR**

A partir de 12 de fevereiro o término da linha 200 regressou ao Bolhão (Rua Firmeza), mas com novo percurso de volta a partir da Av. dos Aliados, pela R. Trindade e Rua Gonçalo Cristóvão, após o desvio da linha durante mais de um ano, devido a obras na zona do Bolhão.

A 21 de junho foi retomada a atividade da linha ZR que estava suspensa desde o dia 17 de dezembro de 2017, devido às obras de consolidação da escarpa dos Guindais.

### STCP assinalou o Dia do Pai e o Dia da Mãe

A STCP assinalou o Dia do Pai, a 19 de março e o Dia da Mãe, a 1 de maio, com iniciativas que envolveram os clientes e alguns dos colaboradores.

Foram distribuídos, pelos autocarros em circulação, marcadores de livro alusivos à ocasião e foi criada uma moldura, com referências ao dia, onde dezenas de pessoas foram fotografadas, no interior dos autocarros ou nas paragens.

### Relatório de Segurança da operação do Carro Elétrico

Em prol da segurança intrínseca à operação do Carro Elétrico na cidade do Porto, a STCP e a Câmara Municipal do Porto constituíram uma equipa de trabalho pluridisciplinar, responsável pela integração de conhecimentos em diferentes áreas, da qual resultou o Relatório de Segurança das infraestruturas intrínsecas à operacionalidade do Carro Elétrico no Porto.

### Desfile de Carros Elétricos

No dia 5 de maio realizou-se o **Desfile de Carros Elétricos históricos**, permitindo que centenas de



pessoas tivessem a oportunidade de entrar a bordo dos 16 emblemáticos elétricos que desfilaram, saindo do Museu para o seu passeio anual entre o Infante e o Passeio Alegre.

A edição de 2018 teve como tema o **"centenário da conclusão da linha de carro elétrico desde as minas de São Pedro da Cova, em Gondomar, até Massarelos"**, uma linha que começou com o transporte de carga, graças a um veículo chamado Zorra, mas que

rapidamente se tornou num percurso importante de deslocação e ligação constante entre Porto e Gondomar. No âmbito do evento, o Museu do Carro Elétrico abriu as suas portas, de forma gratuita, a mais de mil visitantes que por lá passaram, patenteando uma mostra de filigrana gdomarense.

### Mobitrans no Museu do Carro Elétrico

O Museu do Carro Elétrico foi palco do Mobitrans - 12º Encontro Transportes em Revista, que se realizou nos dias 24 e 25 de maio e que contou com o patrocínio da STCP. Sob o tema de fundo "Pessoas | Cidades | Regiões" e um total de 32 oradores provenientes dos mais variados campos, foram partilhadas experiências e ideias enriquecedoras sobre como se perspetiva o funcionamento das grandes áreas urbanas no futuro, especialmente no que respeita à questão dos transportes.

O presidente da STCP, Dr. Paulo de Azevedo, o Administrador Executivo, Eng. Ângelo de Oliveira e a Administradora não Executiva, Eng<sup>a</sup> Paula Ramos tiveram intervenções de destaque no decorrer do encontro.

### **Serviços especiais para grandes eventos**

Durante o semestre foram desenvolvidas parcerias entre a STCP e várias instituições da Área Metropolitana do Porto, para a melhoria da mobilidade e oferta em transporte público aos vários eventos a realizar nesta área geográfica.

Entre 5 e 12 de maio foi realizado o **Serviço Especial Queima das Fitas 2018** em conjunto com a Federação Académica do Porto (FAP). A edição de 2018 foi globalmente positiva, tendo contribuído para o sucesso desta operação o aumento expressivo de estudantes a recorrerem aos autocarros enquanto meio de transporte preferencial, e a adoção de um conjunto de práticas que garantiram uma maior segurança a todos. De assinalar ainda o aumento de cerca de 25% da oferta concedida pela STCP.

A STCP teve uma operação especial para a iniciativa **Serralves em Festa 2018**, que decorreu ininterruptamente de 1 a 3 de junho, tendo disponibilizado o serviço Vaivém, que assegurou as ligações entre Serralves e a Boavista, durante o dia, e de Serralves à Baixa, durante a noite e a madrugada.

De 7 a 10 de junho, a STCP ofereceu reforços e ligações especiais de elevada frequência até à porta do **festival NOS Primavera Sound**. Pese embora a intempérie que se fez sentir durante os dias do festival, a afluência de passageiros nos autocarros da empresa foi expressiva, tendo tudo corrido dentro do que havia sido planeado.

A STCP preparou uma **operação especial para as festas do São João**, na cidade do Porto. O serviço durou toda a noite de dia 23 até à manhã de dia 24.

### **Aplicação ANDA disponível ao público**

A aplicação ANDA, que permite o pagamento da viagem através do telemóvel, ficou disponível para o público a partir do passado dia 29 de junho. É uma aplicação destinada a telemóveis com sistema *android*, que permite aos seus utilizadores viajar nos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto, sem necessidade de conhecer previamente todas as regras tarifárias do Sistema Intermodal Andante, e beneficiar do preço mais vantajoso para as viagens que realiza.

### **Aumento de Capital Social**

Em maio ocorreu um aumento do capital social da STCP em 18.200.000 euros, por vontade expressa do acionista único Estado Português, na Deliberação Social Unânime por Escrito, através da emissão de 3.640.000 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único e realizado em numerário. O capital social da STCP passou a 231.352. 770,00 euros.

Pese embora a Deliberação Social Unânime por Escrito do Estado, referente ao aumento de capital, ser de 29 de maio de 2018, o registo do aumento de capital junto da Conservatória do Registo Comercial foi efetuado em 06 de julho de 2018.

#### **Realização de dois empréstimos de médio e longo prazo**

Durante o primeiro semestre foram contraídos dois empréstimos de médio e longo prazo, junto do Estado Português. O primeiro empréstimo, no montante de 29.666.503,73 euros, ocorreu em janeiro. Para o segundo, no montante de 17.589.232,29 euros, foi celebrado um contrato em maio, mas será disponibilizado em duas tranches, tendo ocorrido a primeira no mês de junho, no valor de 8.427.624,65 euros, sendo a segunda a desembolsar até 5 de dezembro de 2018.

Estes empréstimos destinam-se a satisfazer as necessidades de financiamento associados aos fluxos, vencidos e não pagos, do contrato *swap* da STCP, sendo as datas de pagamentos estabelecidas as seguintes: em 31/01/2018 (29,7 milhões de euros), em 5/06/2018 (8,4 milhões de euros) e em 05/12/2018 (9,2 milhões de euros).

### 1.3 Atividade do Semestre

Dado que a STCP Serviços não tem atividade operacional desde março de 2012, a atividade do semestre respeita apenas à STCP, S.A..

Principais Indicadores STCP	unid.	1S2018	1S2017	variação	
				abs.	%
<b>Atividade</b>					
<b>Procura</b>					
Passageiros	10 <sup>3</sup>	36.780	36.789	-9,7	-0,03%
Autocarro	10 <sup>3</sup>	36.430	36.447	-16,9	-0,05%
Carro Elétrico	10 <sup>3</sup>	350	343	7,2	2,10%
Percurso médio passageiro	km	3,72	3,69	0,03	0,7%
Passageiros km	10 <sup>3</sup>	136.787	135.879	907	0,7%
<b>Oferta</b>					
Veículos km	10 <sup>3</sup>	11.247	11.251	-3,3	-0,03%
Autocarro	10 <sup>3</sup>	11.165	11.180	-14,2	-0,1%
Carro Elétrico	10 <sup>3</sup>	82	71	10,9	15,3%
Lotação Média	nº	91,2	91,2	0,0	0,0
Lugares km	10 <sup>3</sup>	1.026.145	1.026.576	-431	-0,04%
<b>Desempenho Operacional</b>					
Taxa de Ocupação	%	13,3%	13,2%	0,001 p.p.	0,7%
Passageiros / Veículos km	nº	3,27	3,27	0	0,0%
Receita de serviço de transporte [1]	10 <sup>3</sup> €	23.519	22.447	1.072	4,8%
Autocarro	10 <sup>3</sup> €	22.656	21.706	950	4,4%
Carro Elétrico	10 <sup>3</sup> €	863	742	122	16,4%
<b>Recursos Humanos a 30 de junho</b>					
Efetivo total [2]	nº	1.224	1.220	4	0,3%
Pessoal tripulante [3]	nº	927	899	28	3,1%
Pessoal tripulante no Efetivo Total	%	75,7%	73,7%	0,02 p.p.	2,8%
<b>Frota de Serviço Público a 30 de junho</b>					
Autocarros [4]	nº	424	417	7	1,7%
Autocarros elétricos	%	1,4%	0,0%	0,01 p.p.	-
Autoarros gás natural	%	61,1%	61,6%	-0,01 p.p.	-0,9%
Autoarros gás a gasóleo	%	37,5%	38,4%	-0,01 p.p.	-2,3%
Carros elétricos	nº	6	6	0	0

[1] Receita da venda de títulos de transporte. Inclui compensação de tarifário social andante. Valores líquidos de IVA.

[2] Sem Órgãos Sociais e trabalhadores requisitados. Inclui cedidos.

[3] Com a categoria de Motoristas e Guarda-Freios.

[4] A frota de autocarros em 30/06/2017 era composta por 419 viaturas, 2 viaturas inoperacionais por motivos de acidente com danos elevados, e em 30/06/2018 era composta por 431 viaturas, 7 das quais inoperacionais.

O primeiro semestre de 2018 marca o início do contrato de gestão de serviço público e de delegação de competências entre o Estado, a Área Metropolitana do Porto e os Municípios nos quais a STCP opera (Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gaia e Gondomar).

Ao longo do primeiro semestre deste ano, a STCP transportou cerca de 37 milhões de passageiros, mantendo praticamente o nível de procura do período homólogo do ano anterior. No modo carro elétrico foram transportados cerca de 350 passageiros, correspondendo a um acréscimo de 2,1%.

A receita de serviço de transporte aumentou 4,8%, cerca de 1,1 milhões de euros, quando comparada com igual período de 2017, atingindo cerca de 23,5 milhões de euros. Para este resultado contribuiu o aumento de tarifário, a partir de 1 de janeiro, com particular incidência do título Agente Único. A receita de serviço de transporte do modo carro elétrico foi de 863 mil euros, correspondendo a um aumento de 16,4%.

No primeiro semestre de 2018 a oferta total apresentou uma ligeira diminuição, face ao primeiro semestre de 2017, de 0,03% (-3 mil quilómetros), atingindo 11,25 milhões de quilómetros percorridos. Registou-se um aumento da oferta do modo carro elétrico face ao período homólogo do primeiro semestre de 2017 em 15,3% (+11 mil quilómetros).

A contribuir para a quebra da oferta registada no semestre de 2018, refere-se:

- A suspensão do serviço da linha ZR (desde o dia 17 de dezembro de 2017 até ao dia 20 de junho de 2018), devido às obras de consolidação da escarpa dos Guindais (correspondendo a cerca de 57 mil quilómetros no semestre de 2018);
- O facto de a STCP estar sob o efeito de um pré-aviso de greve para sábados, domingos, feriados e às duas últimas horas do período de trabalho, desde meados de 2017.

A 30 de junho de 2018 o efetivo, excluindo órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento e incluindo cedidos, era de 1.224. Comparativamente com 30 de junho de 2017, regista-se um aumento de 4 trabalhadores. Contudo, a 31 de dezembro de 2017, a STCP contava já com um efetivo de 1.242 trabalhadores, pelo que comparativamente com o final do ano de 2017, registou-se uma redução líquida de 18 trabalhadores, correspondendo a 30 entradas (21 de pessoal tripulante, 8 trabalhadores da manutenção e uma advogada) e 48 saídas (34 de pessoal tripulante).

A 30 de junho de 2018, do total dos 927 trabalhadores pessoal tripulante, 21 encontravam-se temporariamente afastados da função por motivos de saúde.

A partir do mês de abril a STCP começou a receber, gradualmente, a encomenda relativa aos contratos celebrados em 2017 para a aquisição dos novos autocarros elétricos e a gás natural. Estes autocarros terão como contrapartida, a muito curto prazo, o abate em igual número, dos autocarros antigos da frota da empresa. No final do mês de junho estavam já ao serviço 12 novos autocarros, 6 elétricos e 6 da nova geração a gás natural.

Estes novos veículos permitirão, entre outros aspetos, reduzir no médio e longo prazo, os gastos com combustíveis da empresa, bem como as emissões de CO<sub>2</sub>, indo assim ao encontro de uma política de aproveitamento de recursos energéticos não poluentes a que a STCP pretende dar força, aprofundando a sua responsabilidade social.

## 1.4 Resultados Consolidados

### 1.4.1 Evolução dos resultados

Resultados consolidados (10 <sup>3</sup> €)	152018	152017	variação	
			abs.	%
Rébito das vendas e dos serviços prestados	23.583	22.506	1.077	4,8%
Outros rendimentos e ganhos operacionais [1]	3.724	1.145	2.579	225,3%
<b>Rendimentos e ganhos</b>	<b>27.307</b>	<b>23.651</b>	<b>3.656</b>	<b>15,5%</b>
Inventários, materiais e serviços consumidos	10.209	9.853	357	3,6%
Gastos com o pessoal	15.636	14.142	1.494	10,6%
Outros gastos e perdas operacionais [2]	345	587	-242	-41,3%
<b>Gastos e perdas</b>	<b>26.190</b>	<b>24.582</b>	<b>1.608</b>	<b>6,5%</b>
<b>EBITDA (x)</b>	<b>1.117</b>	<b>-931</b>	<b>2.047</b>	<b>220,0%</b>
Indemnizações (ICCT) [3]	3	0	3	-
<b>EBITDA RECORRENTE</b>	<b>1.119</b>	<b>-931</b>	<b>2.050</b>	<b>220,2%</b>
Gastos depreciação e de amortização (y)	1.417	1.771	-354	-20,0%
Aumentos / diminuições de provisões (z)	43	-3.425	3.468	-101,3%
<b>Resultados Operacionais (x)-(y)-(z)</b>	<b>-344</b>	<b>723</b>	<b>-1.067</b>	<b>-147,6%</b>
<i>Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros</i>	<i>6.581</i>	<i>8.324</i>	<i>-1.743</i>	<i>-20,9%</i>
<i>Juros suportados com instrumentos financeiros</i>	<i>8.481</i>	<i>7.012</i>	<i>1.469</i>	<i>21,0%</i>
Encargos com instrumentos financeiros ( <i>swap</i> )	1.900	-1.312	3.212	244,7%
Juros e encargos financeiros	1.982	2.272	-290	-12,8%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-3.882</b>	<b>-960</b>	<b>-2.922</b>	<b>-304,4%</b>
Imposto sobre o rendimento	7	7	0,05	0,7%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-4.232</b>	<b>-244</b>	<b>-3.988</b>	<b>-1635,3%</b>
<b>Resultado líquido do período sem Encargos com instrumentos financeiros (<i>swap</i>)</b>	<b>-2.333</b>	<b>-1.556</b>	<b>-777</b>	<b>-49,9%</b>

[1] Inclui as compensações financeiras a atribuir pelos municípios pelas obrigações de serviço público suportadas pela STCP; os trabalhos para a própria entidade capitalizados; os ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos; os outros rendimentos e ganhos com propriedades de investimento; diferenças de câmbio favoráveis com descontos de pagamento obtidos.

[2] Inclui prejuízos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos; os aumentos / diminuições de dívidas a receber; os outros gastos e perdas em propriedades de investimento e diferenças de câmbio desfavoráveis com pagamentos obtidos.

[3] Exclui indemnizações por cessação de contrato.

O **resultado líquido** apurado no final do primeiro semestre de 2018 apresenta um agravamento de aproximadamente 4 milhões de euros face ao registado no período homólogo do ano anterior, passando de -244 mil euros, em 2017, para -4,23 milhões de euros em 2018.

O resultado líquido do período, excluído dos encargos (juros e variação de justo valor) com instrumentos financeiros (*swap*), apresenta um agravamento de 777 mil euros (50%) quando comparado com o primeiro semestre de 2017, atingindo o montante de -2,3 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2018, quando em 2017 o valor era de -1,6 milhões.

Para esta evolução contribuiu essencialmente a variação das provisões, uma vez que o primeiro semestre de 2017 registou uma diminuição das provisões de aproximadamente 3,4 milhões de euros (cerca de 2 milhões de euros relativos a processos judiciais em curso para *swap*, cerca de 1,2 milhões

de euros relativo a sinistros e o restante relativo a outras provisões), quando em igual período de 2018 se registou um aumento nas provisões de 43,3 mil euros (aumento de provisão para sinistros em 57,1 mil euros e reversão de provisão para processos judiciais em curso de 13,8 mil euros) e o acréscimo nos gastos com pessoal, em 1,5 milhões de euros.

O **EBITDA recorrente** do primeiro semestre de 2018 foi positivo em cerca de 1,1 milhões de euros, aumentando cerca de 2,1 milhões de euros (220%) face ao período homólogo de 2017, dado que os rendimentos e ganhos foram de 27,3 milhões de euros (+15,5%) e os gastos e perdas operacionais (sem depreciações, amortizações, provisões e imparidades) foram de 26,2 milhões de euros (+6,5%). De realçar que o EBITDA recorrente apresentou uma melhoria significativa, pese embora as reposições salariais, de acordo com as Leis do OE 2017 e 2018, estejam consideradas no primeiro semestre de 2018, no valor de cerca de 1,2 milhões de euros, não existentes no período homólogo de 2017.

Os **rendimentos e ganhos** do primeiro semestre de 2018 aumentaram 15,5% (cerca de 3,7 milhões de euros) face ao semestre homólogo de 2017, atingindo 27,3 milhões de euros.

O rédito das vendas e dos serviços prestado aumentou 4,8%, dado o aumento de tarifas registado a 1 de janeiro.

Os outros rendimentos e ganhos aumentaram 225% (cerca de 2,6 milhões de euros) fundamentalmente pela contabilização de 2,4 milhões de euros das compensações das obrigações de serviço público a pagar pelos municípios, inexistente no primeiro semestre de 2017, e devido ao aumento das indemnizações por sinistros (+152 mil euros) e ao recebimento de multas de títulos de transporte (aproximadamente 85 mil euros).

Os **gastos e perdas** do primeiro semestre de 2018 aumentaram 6,5% (cerca de 1,6 milhões de euros) face ao semestre homólogo de 2017, atingindo 26,2 milhões de euros.

Os gastos de inventários, materiais e serviços consumidos cresceram 3,6% (357 mil euros), correspondendo 204 mil euros ao acréscimo dos gastos com combustíveis (gás, gasóleo e eletricidade) devido ao aumento de preços, 73 mil euros a acréscimo de gastos com manutenção, pneus e acessórios de autocarros, 39 mil euros relativos aumento com limpeza, higiene e conforto e 27 mil relativo ao aumento de gastos com comissões de títulos de transporte, em linha com o aumento da receita de serviço público.

Os gastos com pessoal do primeiro semestre de 2018 aumentaram 10,6% (cerca de 1,5 milhões de euros) face ao semestre homólogo de 2017, atingindo 15,6 milhões de euros. O aumento dos gastos com pessoal, justifica-se essencialmente pelas reposições remuneratórias, de acordo com as Leis do OE 2017 e 2018 no valor de 1,2 milhões de euros, por cerca de 127 mil euros referente aos encargos a pagar em 2019 relativos a férias e subsídio de férias, calculado com base na média do extra, feriados e noturno, prestados de uma forma regular durante 11 meses e ainda por 391 mil euros respeitantes a duodécimos de subsídio de natal uma vez que no ano de 2017, por lapso, os duodécimos deste subsídio foram contabilizados apenas no mês de setembro.

Os outros gastos e perdas operacionais em 2018 registaram uma diminuição de 41,3% (242 mil euros) devido à redução dos gastos com indemnizações por sinistros.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized initial 'S' followed by a series of loops and a final flourish.

Os **resultados financeiros** do primeiro semestre de 2018 foram negativos, em cerca de 3,9 milhões de euros, agravando-se em 2,9 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2017. Este resultado deve-se ao crescimento dos encargos com instrumentos financeiros (*swap*) em 3,2 milhões de euros (os juros com *swap* foram de 8,5 milhões de euros, crescendo 1,5 milhões de euros face a 2017, enquanto que a variação de justo valor foi positiva, no montante de 6,6 milhões de euros, contudo foi inferior à variação de justo valor positiva de 8,3 milhões de euros registado no primeiro semestre de 2017). Os juros e encargos com financiamento reduziram 290 mil euros em 2018, quando comparado com igual período de 2017, devido à amortização da dívida de alguns dos empréstimos celebrados com o Estado Português e à amortização da dívida com o *leasing* de autocarros.

### 1.4.2 Evolução Patrimonial

Demonstração da posição financeira consolidada (10 <sup>3</sup> €)	30-06-2018	31-12-2017	variação	
			abs.	%
Ativo não corrente	68.642	66.742	1.900	2,8%
Ativo corrente	31.026	11.622	19.404	167%
<b>Total do ativo</b>	<b>99.668</b>	<b>78.365</b>	<b>21.304</b>	<b>27%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>-397.667</b>	<b>-411.634</b>	<b>13.966</b>	<b>3,4%</b>
Passivo não corrente	394.867	394.073	794	0,2%
Passivo corrente	102.469	95.926	6.543	7%
<b>Total do passivo</b>	<b>497.336</b>	<b>489.998</b>	<b>7.337</b>	<b>1,5%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>99.668</b>	<b>78.365</b>	<b>21.304</b>	<b>27%</b>

No primeiro semestre de 2018 o **ativo** aumentou 27% (21,3 milhões de euros) face a 31 de dezembro de 2017 situando-se em cerca de 100 milhões de euros.

O ativo não corrente teve um crescimento de 1,9 milhões de euros, fruto do investimento realizado no semestre na nova frota de autocarros. O ativo corrente aumentou 19,4 milhões de euros, devido ao crescimento de caixa e seus equivalentes, pelo aumento de capital em numerário realizado em maio pelo acionista Estado Português no montante de 18,2 milhões de euros (para pagamento de investimentos na nova frota de autocarros e respetivos postos de carregamentos e abastecimento, a realizar ao longo do ano de 2018, e para pagamento do serviço da dívida e encargos, com o *leasing* de autocarros e com o empréstimo obrigacionista existente) e pelo aumento de outras contas a receber por serviços prestados.

O **capital próprio** no final do primeiro semestre de 2018 apresentava o valor negativo de aproximadamente 398 milhões de euros, registando um desagravamento de cerca de 14 milhões de euros (3,4%) face a 31 de dezembro de 2017, devido por um lado ao aumento de capital em numerário realizado em maio pelo acionista Estado Português no montante de 18,2 milhões de euros, e por outro lado aos resultados líquidos negativos do semestre.

Em 29 de maio, por Deliberação Social Unânime por Escrito do acionista único Estado Português, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa, em 18.200.000,00 euros, através da emissão de 3.640.000 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e integralmente realizado em numerário, tendo as formalidades legais para a sua concretização terminado em julho de 2018.

O passivo, no primeiro semestre de 2018 agravou 1,5% (7,3 milhões de euros) face a 31 de dezembro de 2017 situando-se em cerca de 497,3 milhões de euros, devido ao aumento em 3,5 milhões de euros do passivo com outros instrumentos financeiros e ao aumento de dívidas a pagar.

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be a stylized name or set of initials, located in the bottom right corner of the page.

## 1.5 Identificação dos principais riscos

A STCP não possui um sistema global de gestão de riscos, encontrando-se a gestão de riscos implementada na empresa de uma forma transversal, consoante a tipologia de risco, através da sua política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho e cabendo a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

No primeiro semestre de 2018, no âmbito do processo para a transição para as novas versões normativas do Sistema Integrado de Gestão, foi elaborada a Matriz de Riscos e Oportunidades, por processos, com atribuição de graus de probabilidade de ocorrência.

A STCP tem em vigor Planos de Prevenção de Risco, específicos, bem como a respetiva contratação de apólices para cobertura de vários riscos operacionais.

Principais riscos estratégicos identificados:

- Aumento do regime concorrencial nas linhas de transporte
- Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público prestado pela STCP, na cidade do Porto
- Permanência do desequilíbrio económico-financeiro
- Aumento do preço dos combustíveis

## 1.6 Perspetivas para o exercício

A Assembleia Geral da STCP, iniciada no passado dia 22 de maio, tem marcada a sua continuação para 14 de agosto. Constam da ordem de trabalhos da Assembleia, a aprovação das contas individuais e consolidadas de 2017 e a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos para 2018. Esta aprovação permitirá a concretização de alguns dos projetos de investimentos previstos para o ano de 2018 e a admissão de pessoal, quer para reposição das saídas registadas ao longo do primeiro semestre, quer para acréscimo do efetivo, em particular de pessoal tripulante, motoristas e guarda-freios.

Até ao final do ano de 2018 está prevista a entrada em operação dos 15 autocarros elétricos e de 35 autocarros a gás natural, do total das 188 a entrar até meados de 2020. A aquisição destas viaturas resultou dos concursos públicos internacionais lançados em 21 de abril de 2017, que deram origem à celebração dos respetivos contratos de fornecimento, em 30 de agosto de 2017, com as empresas fornecedoras.

## 1.7 Modelo de Governo

Na STCP, o modelo de governo, monista latino, é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - SROC.

### 1.7.1 Identificação dos Órgãos Sociais

2018-2020

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição
<b>Mesa da Assembleia Geral</b>		
Presidente	José António Ferreira de Barros	25-jan-16
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	25-jan-16
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	25-jan-16
<b>Conselho de Administração</b>		
Presidente Executivo	Paulo de Azevedo Pereira da Silva	15-jan-18
Vogal Executivo	Ângelo Augusto Santos Oliveira	01-jan-18
Vogal Executivo	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	01-jan-18
Vogal Não Executivo	Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	01-jan-18
Vogal Não Executivo	Avelino José Pinto de Oliveira	01-jan-18
<b>Conselho Fiscal</b>		
Presidente	Pedro Romano Martínez	25-jan-16
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	25-jan-16
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25-jan-16
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25-jan-16
<b>Revisor Oficial de Contas</b>		
	Baker Tilly, P G & Associados, SROC, S.A.	30-mai-16
	Representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC nº 757	

#### Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, foram designados através das Deliberações Sociais Unâнимes Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, tomadas ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais.

Na Assembleia-Geral da STCP, de 30 de maio de 2016, foi votada favoravelmente a aprovação da proposta do Conselho Fiscal, para o mandato correspondente ao triénio 2016 – 2018, de nomeação para Revisor Oficial de Contas da Sociedade Baker Tilly, P G & Associados, SROC, S.A. representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos.

### **Conselho de Administração**

Considerando que, no dia 29 de novembro de 2016, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, no qual se regulou o novo modelo de gestão da STCP, prevendo-se a delegação, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP) relativas ao serviço de transporte público de passageiros, operado pela STCP e a delegação, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP;

Considerando que, no dia 2 de janeiro de 2017 foi celebrado o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Estado e a AMP, que teve como objeto a delegação na AMP de competências de autoridade de transportes do Estado relativas ao serviço de transporte público de passageiros, explorado pela STCP;

Considerando que também no dia 2 de janeiro de 2017 foi celebrado o Contrato de Gestão Operacional entre o Estado e a AMP, no âmbito do qual foi transferida para esta última entidade a gestão operacional da STCP e em que o Estado atribui à AMP o direito de propor quatro dos cinco membros do conselho de administração da STCP, incluindo o Presidente:

Foi eleito o Conselho de Administração por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de dezembro de 2017, com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2018, para um mandato de três anos 2018-2020.

A Vogal Executiva, Dra. Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça, tem as competências previstas no n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, e na alínea b) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro.

### **1.7.2 Estatuto remuneratório**

Para efeitos de fixação das remunerações dos órgãos sociais, a empresa SCP, S.A. foi classificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, com classificação C.

#### **1. Mesa da Assembleia Geral**

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros da Mesa da Assembleia Geral, os seguintes valores para as senhas de presença:

Presidente: valor ilíquido de 500,00 €.

Vice-Presidente: valor ilíquido de 425,00 €.

Secretário: valor ilíquido de 350,00 €.

Foi determinado que aos valores ilíquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.



## 2. Conselho de Administração

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 29 de dezembro de 2017, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, ao abrigo do EGP, fixa as seguintes remunerações dos membros do Conselho de Administração:

Presidente Executivo: valor mensal líquido de 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano.

Vogais Executivos: valor mensal líquido de 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02€, pago 12 vezes por ano.

Vogais Não Executivos: valor mensal líquido de 915,64 €, pago 14 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- i) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa, com exceção aos respeitantes a planos complementares de reforma, aposentação, sobrevivência ou invalidez, nos termos do artigo 34.º do EGP;
- ii) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do abono mensal para despesas de representação fixadas nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do EGP;
- iii) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 € nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do EGP; e
- iv) A atribuição do subsídio de refeição nas condições previstas no artigo 20.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;

Não é permitida:

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do EGP; e
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do EGP.

## 3. Conselho Fiscal

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros do Conselho Fiscal, o seguinte estatuto remuneratório:

Presidente: valor líquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano.

Vogais: valor líquido de 961,42 €, pago 14 vezes por ano.

Foi determinado que aos valores líquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

#### **4. Revisor Oficial de Contas (ROC)**

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016, deliberou:

1. A remuneração anual líquida do ROC será a constante de contrato de prestação de serviços a celebrar entre a STCP e o ROC, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a doze meses da remuneração global líquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa classificada como C.
2. Por aplicação ao artigo 101º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril, que promulgou os efeitos do Programa de Assistência Económica e Financeira, da aplicação dos valores constantes do ponto imediatamente anterior não pode resultar num aumento dos valores das remunerações auferidas pelo ROC, tendo por referência os montantes atribuídos à data da entrada em vigor das Resoluções de Conselhos de Ministros nºs 16/2012 e 18/2012.
3. Ao valor mensal determinado aplicam-se as reduções remuneratórias legalmente vigentes e eventuais outras disposições que venham a ser aprovadas.
4. Ao valor da prestação de serviços, pago doze meses por ano, acresce o IVA, à taxa legal em vigor.
5. Deverão ser reembolsadas pela entidade, ao ROC, as despesas de transporte e alojamento, bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções.

O Conselho de Administração aprovou na sua reunião de 5 de dezembro de 2016, ata nº 40/16, o valor mensal a pagar, em doze meses por ano, à Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. para a elaboração da certificação legal das contas individuais, de € 1.442,13 (mil quatrocentos e quarenta e dois euros e treze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O valor aprovado está sujeito ao consagrado na Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016.

### **1.7.3 Atribuições dos membros do Conselho de Administração**

Por deliberação do Conselho de Administração, tomada em reunião de 15 de janeiro de 2018, foi definida a afetação direta das áreas da macro estrutura da Empresa e a nomeação dos representantes da STCP nas empresas participadas, do seguinte modo:



**Presidente Executivo – Dr. Paulo de Azevedo Pereira da Silva**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Marketing, do Departamento de Assessoria Jurídica, do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração e do Museu do Carro Eléctrico.

Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas: Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE), na Metro do Porto S.A. e na TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A..

**Vogal Executivo – Eng.º Ângelo Augusto Santos Oliveira**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Operações, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Eléctrico e Gabinete de Informática e Comunicações. Representante do Conselho de Administração para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

Representa a STCP no Conselho de Administração da empresa participada OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A..

**Vogal Executivo – Dra. Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça**

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Departamento de Recursos Humanos e Departamento Administrativo e Financeiro. Representante do Conselho de Administração para as relações com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

É a gerente da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

**Vogal Não Executiva – Eng.ª Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos**

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

**Vogal Não Executivo – Arq.º Avelino José Pinto de Oliveira**

Exercem funções não executivas. Acompanham e avaliam continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

Porto, 18 de setembro de 2018

O Conselho de Administração

Presidente executivo:



(Paulo de Azevedo Pereira da Silva)

Vogais executivos:



(Ângelo Augusto Santos Oliveira)

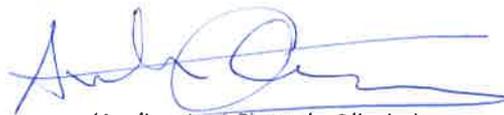


(Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça)

Vogais não executivos:



(Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos)



(Avelino José Pinto de Oliveira)

## 2 Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Informação financeira não sujeita a auditoria ou revisão limitada)

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	30 junho 2018	31 dezembro 2017
Ativo não corrente		68.641.815,07	66.742.193,89
Ativos fixos tangíveis	8	54.671.165,32	53.220.220,89
Propriedades de investimento	10	13.281.427,51	13.316.627,51
Outros ativos fixos intangíveis	9	114.688,97	19.646,33
Participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial	4.2	253.513,30	137.340,05
Participações financeiras pelo método do custo	12	25.000,00	25.000,00
Outros investimentos financeiros		31.912,55	23.359,11
Outras contas a receber		264.108,42	
<b>Ativo corrente</b>		<b>31.026.335,99</b>	<b>11.622.443,29</b>
Inventários		453.818,67	472.776,48
Clientes		2.096.921,97	3.254.283,53
Outras contas a receber	13	8.797.445,46	3.847.463,06
Impostos sobre o rendimento a receber	6	594.632,65	548.036,20
Caixa e seus equivalentes	7	19.083.517,24	3.499.884,02
<b>Total do ativo</b>		<b>99.668.152,06</b>	<b>78.364.637,18</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
	Notas	30 junho 2018	31 dezembro 2017
<b>Capital próprio</b>			
Capital nominal	25	231.352.770,00	213.152.770,00
Reservas não distribuíveis		75.378,27	75.378,27
Reservas distribuíveis		930.935,58	930.935,58
Excedentes de valorização de ativos fixos		42.391.652,05	42.783.224,91
Ajustamentos ao valor de ativos financeiros		170.135,37	135.967,24
Resultados acumulados		-668.356.007,56	-653.671.062,12
Resultado líquido do período		-4.232.252,59	-15.040.914,55
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-397.667.388,88</b>	<b>-411.633.700,67</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente		394.866.526,71	394.072.690,13
Provisões	24	19.955.260,85	19.911.994,28
Outros instrumentos financeiros	21	372.393.594,41	370.685.143,43
Responsabilidades por benefícios de reforma	23	480.697,00	477.652,00
Passivos por locação financeira	20.1	2.036.974,45	2.997.900,42
Passivo corrente		102.469.014,23	95.925.647,72
Fornecedores		2.192.888,69	1.139.173,97
Empréstimos e descobertos bancários		9.545,33	5.516,22
Outros instrumentos financeiros	21	85.326.167,40	83.569.892,80
Outras contas a pagar	14	13.022.961,60	9.302.410,42
Passivos por locação financeira	20.1	1.917.451,21	1.908.654,31
<b>Total do passivo</b>		<b>497.335.540,94</b>	<b>489.998.337,85</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>99.668.152,06</b>	<b>78.364.637,18</b>

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Fernanda F. V. Ribeiro*

O Conselho de Administração

*Isabel B. Silva*  
*António João*  
*Rafael Costa*  
*Fernando*

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2018	30 junho 2017
<b>RENDIMENTOS E GANHOS</b>			
Rédito das vendas e dos serviços prestados	15	23 583 323,23	22 506 445,04
Outros rendimentos e ganhos operacionais	16	3 366 923,90	785 609,96
Trabalhos para a própria entidade capitalizados		4 647,90	10 927,18
Lucros imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2	118 338,52	179 987,64
Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros	18	6 581 260,17	8 324 128,86
Outros rendimentos e ganhos financeiros	18	233.748,50	168 210,88
<b>Total de Rendimentos e Ganhos</b>		<b>33.888.242,22</b>	<b>31.975.309,56</b>
<b>GASTOS E PERDAS</b>			
Inventários consumidos e vendidos		607 025,83	596 192,40
Materiais e serviços consumidos		9 602 466,46	9 256 772,72
Gastos com o pessoal		15 636 360,34	14 142 476,31
Gastos de depreciação e de amortização	8-9	1 417.179,75	1 771 370,00
Aumentos / diminuições de provisões	24	43 266,57	-3 424 916,72
Outros gastos e perdas operacionais	17	310 359,76	555 981,94
Aumentos / diminuições de ajustamentos de dívidas a receber			-555,00
Prejuízos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2	2 532,65	
Juros e outros gastos e perdas financeiros	19	10 494 444,69	9 315 065,71
<b>Total de Gastos e Perdas</b>		<b>38.113.636,05</b>	<b>32.212.387,36</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-4.225.393,83</b>	<b>-237.077,80</b>
Imposto sobre o rendimento		6 858,76	6 810,00
<b>Resultado antes da consideração dos interesses minoritários</b>		<b>-4.232.252,59</b>	<b>-243.887,80</b>
Resultado afeto aos Interesses minoritários			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4.232.252,59</b>	<b>-243.887,80</b>
Resultado por ação	28	-0,10	-0,01

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Fernando A.V. Ribeiro*

O Conselho de Administração

*Isabel Ribeiro*  
*António António Santos*  
*Paulo António*

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2018	30 junho 2017
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-4.232.252,59</b>	<b>-243.887,80</b>
Itens que não irão ser reclassificados para resultados:			
Remensuração passivo (ativo) líquido de benefícios definidos		-1.803,00	14.724,00
Outros		367,38	
Itens que poderão vir a ser reclassificadas para resultados:			
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente em capital próprio		-1.435,62	14.724,00
<b>Total do rendimento integral do período</b>		<b>-4.233.688,21</b>	<b>-229.163,80</b>
Atribuível a :			
Acionista da empresa mãe		-4.233.688,21	-229.163,80
		<b>-4.233.688,21</b>	<b>-229.163,80</b>

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Fernanda X.V. Ribeiro*

O Conselho de Administração

*Rui A.*  
*Isabel Ribeiro*  
*Ana Augusta Santos*  
*Paulo António*  
*Fulco*

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Dos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2018	30 junho 2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais-Método direto</b>			
Recebimentos de clientes		23 685 532,44	23 296 598,31
Pagamentos a fornecedores		-10 831 343,10	-11 146 785,79
Pagamentos ao pessoal		-12 152 308,79	-11 671 805,55
Fluxo gerado pelas operações		701 880,55	478 006,97
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		39 090,62	-31 006,25
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		761 091,51	-2 215 463,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 502 062,68	-1 768 462,70
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-3 107 320,35	-301 947,19
Ativos intangíveis		-123 490,38	-2 613,81
Investimentos financeiros		-8 333,95	-6 536,17
Outros ativos		-40 393,13	-43 158,01
		-3 279 537,81	-354 255,18
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 824,46	23 923,50
Outros ativos		131 680,00	
Subsídios de investimento		434 950,94	11 757,18
Juros e rendimentos similares		174 928,09	181 570,25
		743.383,49	217 250,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2 536 154,32	-137 004,25
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		38 135 338,38	6 982 014,82
Realização de capitais e outros instrumentos de capital		18 200 000,00	13 491 175,00
		56 335.338,38	20 473 189,82
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-37.180,89	-33 563,20
Juros e gastos similares		-38 510 210,00	-7 086 690,58
Outras operações de financiamento		-1 170 222,63	-1 160 095,02
		-39 717 613,52	-8 280 348,80
Fluxos das atividades de financiamento (3)		16 617 724,86	12 192 841,02
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		15 583 633,22	10 287 374,07
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 499 884,02	2 922 207,39
Caixa e seus equivalentes no final do período	7	19.083 517,24	13 209 581,46

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Francisco A.V. Ribeiro*

O Conselho de Administração

*Paulo Lopes*  
*Isabel Botelho*  
*António Aguiar*  
*Paulo António*  
*António*



## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Dos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)

	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total capital próprio
Posição em 01.01.2018	213 152 770,00	75 378,27	930 935,58	42 783 224,91	135 967,24	-653 671 062,12	-15 040 914,55	-411 633 700,67
Aumentos / reduções de capital	18 200 000,00							18 200 000,00
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-391 572,86		391 572,86		
Outros aumentos / diminuições de valor em instrumentos financeiros			34 168,13			-34 168,13		
Transferências						-15 040 914,55	15 040 914,55	
Rendimento integral:								
Resultado líquido do período							-4 232 252,59	-4 232 252,59
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos						-1 803,00		-1 803,00
Outros ganhos / perdas reconhecidos directamente no capital próprio						367,38		367,38
<b>Total do rendimento integral do exercício:</b>						<b>-1.435,62</b>	<b>-4.232.252,59</b>	<b>-4.233.688,21</b>
Posição em 30.06.2018	231 352 770,00	75 378,27	930 935,58	42 391 652,05	170 135,37	-668 356 007,56	-4 232 252,59	-397 667 388,88
Posição em 01.01.2017	143 289 490,00	75 378,27	930 935,58	43 546 802,56	135 967,32	-627 490 454,12	-26 912 661,71	-466 424 542,10
Aumentos / reduções de capital	13 491 175,00							13 491 175,00
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-383 140,89		383 140,89		
Outros aumentos / diminuições de valor em instrumentos financeiros								
Transferências						-26 912 661,71	26 912 661,71	
Rendimento integral:								
Resultado líquido do período							-243 887,80	-243 887,80
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de ativos fixos						14 724,00		14 724,00
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos						<b>14.724,00</b>	<b>-243.887,80</b>	<b>-229.163,80</b>
<b>Total do rendimento integral do exercício:</b>								
Posição em 30.06.2017	156 780 665,00	75 378,27	930 935,58	43 163 661,67	135 967,32	-654 005 250,94	-243 887,80	-453 162 530,90

O Contabilista Certificado n.º 6622

*Fernando N.V. Ribault*

O Conselho de Administração

*Fernando N.V. Ribault*  
*Isabel Ribeiro*  
*António Santos*  
*Fernando N.V. Ribault*

## 2.1 Notas relativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Semestre findo em 30 de junho de 2018

### (Montantes expressos em euros)

#### 1. Nota Introdutória

O Grupo STCP era constituído, em 30 junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, pela STCP, S.A. e pela STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

O Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, transformou a empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com a denominação de Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A..

A STCP tem a sua sede na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

A sua principal atividade é o transporte coletivo público rodoviário de passageiros, em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora maioritariamente o modo autocarro e residualmente o modo carro elétrico.

Em outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei n.º 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo Estado, de natureza administrativa ou empresarial, independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito setorial de aplicação do setor público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizadas neste diploma.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, a empresa submeteu em maio de 2018 o pedido de regime de exceção ao Princípio da Unidade de Tesouraria, pelo prazo de dois anos, tendo sido concedida, pelo Ofício 2018/11914 do IGCP, de 18 de julho, autorização para exceção ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, no que respeita a garantias bancárias, empréstimos bancários já contraídos, custódia de valores mobiliários que não sejam de dívida pública e serviço de recolha contratualizado.

Em 2018, a empresa continuou a cumprir as orientações preconizadas no artigo 21º da lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro e reconfirmado pelo art.º 23º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, no que diz respeito à reposição integral dos direitos adquiridos pelos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho vigentes na STCP.

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a exploração do serviço público de transporte de passageiros por autocarro no território de seis municípios associados da AMP. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado um aditamento ao referido contrato.

Conforme definido no decreto-lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, foi determinada a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Em 2 de janeiro de 2017 foi assinado o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, do Contrato Interadministrativo de Constituição de "Unidade Técnica de Serviço" e de Delegação de Competências, celebrado entre a Área Metropolitana do Porto (AMP) e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo e do Contrato de Gestão Operacional, celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto. Com a assinatura destes contratos o Estado delegou na AMP competências de autoridade de transportes relativas ao serviço público de passageiros, explorado pela STCP e transferiu também para a AMP a gestão operacional da STCP, pelo período de sete anos.

A 28 de julho de 2017 foi assinado um segundo aditamento ao Contrato de Serviço Público com o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, com vigência até 31 de dezembro de 2024.

Desde 2008 que a STCP possui o seu Sistema Integrado de Gestão certificado pelos referenciais de gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho. No final do ano de 2017 foi iniciado um novo ciclo de certificação, após a concretização da auditoria de renovação realizada pela Entidade Certificadora. Em de junho de 2018 foi realizada uma Auditoria Interna ao Sistema Integrado de Gestão, já de acordo com os novos requisitos dos referenciais de Gestão da Qualidade e do Ambiente.

#### STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

A STCP SERVIÇOS desenvolvia a operação turística do Carro Elétrico bem como outras atividades no âmbito do setor turístico.

Após análise da evolução do negócio, concluiu-se não se justificar a manutenção deste ramo de negócio, atendendo a que este poderia ser assegurado através da solução resultante do enquadramento com o serviço público no âmbito da STCP, S.A.

Assim, a partir de 9 de março de 2012, decidiu-se cessar, com a Carristur, a parceria que desenvolvia na área do turismo, desde junho de 2004.

Durante os últimos anos empreenderam-se esforços de resolução de todos os processos administrativos / financeiros que se encontravam pendentes.

## **2. Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentes durante os períodos apresentados e são as seguintes:

### **2.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros de registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, referidas nota 4 e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas semestrais foram preparadas de acordo com as disposições da IAS34 – Relato Financeiro Intercalar, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e descritas nas respetivas notas, exceto no que respeita às normas e interpretações cuja data de eficácia corresponde aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, das quais não resultaram impactos no rendimento integral ou na posição financeira do Grupo.

## 3. Alterações de políticas contabilísticas e correção de erros fundamentais

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

## 4. Empresas incluídas na consolidação

Em 30 de junho de 2018 as empresas incluídas na consolidação são:

### 4.1 Empresas subsidiárias

Designação Social	Sede	% Efetiva	Atividade
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. (*)	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos de passageiros.

(\*) Até julho de 2007 era designada por STCP CONSULTORIA.

### 4.2 Empresas associadas

Em 30 de junho de 2018, as empresas associadas são:

Designação Social	Sede	% Controlo	% Participação
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,33%	33,33%
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Lisboa	20%	20%

As participações financeiras em empresas associadas estavam valorizadas da seguinte forma:

	30-Jun-18	31-Dez-17
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	146.968,96	28.630,44
Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	106.544,34	108.709,61
	253.513,30	137.340,05

Estas empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. No primeiro semestre de 2017, foi reconhecido um ganho de 179.987,64 euros, devido aos resultados positivos obtidos pelo TIP, ACE, que pela primeira vez, conseguiu que os seus capitais próprios sejam positivos, tendo sido anulada a provisão existente a 31 de dezembro de 2017, na proporção dos seus capitais próprios negativos. Em 2018, mantém-se a tendência de resultados positivos desta participada tendo sido contabilizado um ganho de 118.338,52.

## 5. Alterações no perímetro de consolidação

No semestre findo em 30 de junho de 2018 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

## 6. Imposto sobre o rendimento

O Grupo está sujeito ao regime geral de IRC, mas dada a sua situação deficitária nunca pagou imposto sobre o rendimento. Suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e tem efetuado o pagamento especial por conta a que se encontra obrigado.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros, dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

## 7. Caixa e seus equivalentes

O detalhe de Caixa e equivalentes era o seguinte:

	30-junho-2018	30-junho-2017
Numerário	155.218,27	103.191,04
Depósitos bancários	18.928.298,97	13.106.390,42
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço	19.083.517,24	13.209.581,46
Caixa e equivalentes na Demonstração de fluxos de caixa	19.083.517,24	13.209.581,46



## 8. Ativos fixos tangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, durante o primeiro semestre de 2018, no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Terras e recursos naturais	Edifícios/outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras mobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
<b>Saldo a 01.01.2018</b>	<b>32.730.992,71</b>	<b>24.717.965,85</b>	<b>68.883.363,62</b>	<b>1.313.989,20</b>	<b>733.491,15</b>	<b>4.179.916,51</b>	<b>1.798.340,61</b>	<b>91.822,77</b>	<b>134.449.882,42</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2018</b>									
Adições		19.088,34	4.154.344,02		1.527,80	25.339,43		124.751,11	4.325.047,70
Abates/Vendas					-914,86	-3.640,01			-4.554,87
Regularizações e transferências									0,00
Aumento/diminuição subsídio ao investimento			-889.337,76					-570.000,00	-1.459.337,76
<b>Saldo a 30.06.2018</b>	<b>32.730.992,71</b>	<b>24.737.054,19</b>	<b>72.148.369,88</b>	<b>1.313.989,20</b>	<b>734.104,09</b>	<b>4.201.612,93</b>	<b>1.798.340,61</b>	<b>-353.426,12</b>	<b>137.311.037,49</b>
Amortizações Acumuladas	Terras e recursos naturais	Edifícios/outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras mobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
<b>Saldo a 01.01.2018</b>		<b>17.408.073,07</b>	<b>57.257.326,63</b>	<b>1.269.088,31</b>	<b>672.524,02</b>	<b>3.919.909,66</b>	<b>702.739,84</b>	<b>0,00</b>	<b>81.229.661,53</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2018</b>									
Amortizações e reintegrações exercício		494.556,82	1.088.862,55	4.152,68	8.297,83	48.582,51	1.216,25		1.645.688,64
Abates/Vendas					-914,86	-2.437,82			-3.352,68
Regularizações e transferências									0,00
Aumento/diminuição subsídio ao investimento		-11.061,32	-209.124,16			-11.376,22			-232.105,32
<b>Saldo a 30.06.2018</b>	<b>0,00</b>	<b>17.891.568,57</b>	<b>58.137.065,02</b>	<b>1.273.240,99</b>	<b>679.906,99</b>	<b>3.954.678,13</b>	<b>703.412,47</b>	<b>0,00</b>	<b>82.639.872,17</b>
Valor Líquido:									
a 01 de janeiro de 2018	32.730.992,71	7.309.892,78	11.626.036,99	44.900,89	60.967,13	260.006,85	1.095.600,77	91.822,77	53.220.220,89
a 30 de junho de 2018	32.730.992,71	6.845.485,62	14.011.304,86	40.748,21	54.197,10	246.934,80	1.094.928,14	-353.426,12	54.671.165,32

O Grupo não procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, uma vez que não existem situações que se enquadrem neste âmbito.

## 9. Outros ativos intangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, no primeiro semestre de 2018, no valor dos outros ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
<b>Saldo a 01.01.2018</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.254.441,01</b>	<b>1.106.517,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>6.454.707,11</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2018</b>					
Adições		4.641,89		94.017,18	98.659,07
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências					
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento					
<b>Saldo a 30.06.2018</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.259.082,90</b>	<b>1.106.517,00</b>	<b>99.017,18</b>	<b>6.553.366,18</b>

Amortizações Acumuladas	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
<b>Saldo a 01.01.2018</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.239.794,68</b>	<b>1.106.517,00</b>		<b>6.435.060,78</b>
<b>Movimentos do 1º semestre de 2018</b>					
Amortizações e reintegrações do exercício		4.715,79			4.715,79
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências					
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento		-1.099,36			-1.099,36
<b>Saldo a 30.06.2018</b>	<b>88.749,10</b>	<b>5.243.411,11</b>	<b>1.106.517,00</b>		<b>6.438.677,21</b>
<b>Valor Líquido:</b>					
a 01 de janeiro de 2018		14.646,33		5.000,00	19.646,33
a 30 de junho de 2018		15.671,79		99.017,18	114.688,97

## 10. Propriedades de investimento

Movimentos na rubrica de propriedades de investimento durante o primeiro semestre de 2018:

Propriedades Investimento	2018			Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta propriedades de Investimento	
<b>Saldo a 01.01.2018</b>	<b>11.224.496,02</b>	<b>2.067.405,49</b>	<b>24.726,00</b>	<b>13.316.627,51</b>
<b>Variação justo valor</b>				
Transferências				
Abates/Vendas	-35.200,00			-35.200,00
<b>Saldo a 30.06.2018</b>	<b>11.189.296,02</b>	<b>2.067.405,49</b>	<b>24.726,00</b>	<b>13.281.427,51</b>

## 12. Participações financeiras pelo método do custo

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

Participações em outras empresas	% participação	30-junho-18	31-dezembro-17
Metro do Porto, S.A. (*)	16,60%		
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	8,30%	25.000,00	25.000,00
		25.000,00	25.000,00

(\*) A sua valorização é nula porque até outubro de 2008 era detida em 20% e os capitais próprios da participada eram negativos, sendo até essa data valorizada pelo método de equivalência patrimonial.

### 13. Outras contas a receber

O detalhe das outras contas a receber era o seguinte:

	30-junho-2018	31-dezembro-2017
<b>Outras dívidas de terceiros correntes</b>	<b>4.004.058,22</b>	<b>2.152.308,62</b>
Adiantamento a Fornecedores e saldos devedores	3.279,77	13.357,38
Estado e outros entes públicos - IVA a recuperar /reembolsos pedidos	1.287.975,53	339.496,66
Pessoal	260.428,13	264.160,64
Outros devedores	2.478.367,97	1.561.287,12
Ajustamentos acumulados em dívidas de terceiros	-25.993,18	-25.993,18
<b>Outros ativos correntes</b>	<b>4.793.387,24</b>	<b>1.695.154,44</b>
<b>Acréscimo de rendimentos</b>	<b>4.086.075,03</b>	<b>1.061.925,47</b>
Rédito dos serviços prestados	3.329.358,31	544.997,99
Subsídios à exploração	725.713,97	498.317,65
Outros rendimentos operacionais	31.002,75	18.609,83
<b>Gastos diferidos</b>	<b>707.312,21</b>	<b>633.228,97</b>
Materiais e serviços consumidos	493.128,50	417.362,06
Outros gastos e perdas operacionais	214.183,71	215.866,91
<b>Outras contas a receber correntes</b>	<b>8.797.445,46</b>	<b>3.847.463,06</b>

### 14. Outras contas a pagar

O detalhe das outras contas a pagar era o seguinte:

	30-junho-2018	31-dezembro-2017
<b>Outras dívidas a terceiros</b>	<b>4.425.040,65</b>	<b>1.695.118,77</b>
Adiantamento a clientes e saldos credores clientes e out. devedores	1.698,95	1.113,90
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>1.424.570,98</b>	<b>990.639,09</b>
IRS/IRC retido a terceiros	310.433,61	253.808,17
Contribuições p/ sistemas de Seg. Social	709.401,13	600.980,84
Outros impostos e taxas	404.736,24	135.850,08
Pessoal	131.156,68	133.650,74
Fornecedores de imobilizado	2.282.791,70	83.728,37
Outros credores	584.822,34	485.986,67
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>8.597.920,95</b>	<b>7.607.291,65</b>
<b>Acréscimo de gastos</b>	<b>6.676.375,40</b>	<b>5.709.567,97</b>
Materiais e serviços consumidos	2.290.054,40	1.817.050,26
Remunerações a liquidar	4.301.025,64	3.765.972,70
Impostos a liquidar	81.719,04	104.879,52
Outros acréscimos de gastos	3.576,32	21.665,49
<b>Rendimentos e ganhos diferidos</b>	<b>1.921.545,55</b>	<b>1.897.723,68</b>
Prestações de serviços	176.394,77	183.733,61
Outros rendimentos diferidos	1.745.150,78	1.713.990,07
<b>Outras contas a pagar correntes</b>	<b>13.022.961,60</b>	<b>9.302.410,42</b>




## 15. Rédito das vendas e dos serviços prestados

O detalhe do rédito das vendas e dos serviços prestados, realizado integralmente no mercado nacional, era o seguinte:

	30-junho-2018	30-junho-2017
<b>Rédito dos serviços prestados</b>	<b>23.583.323,23</b>	<b>22.506.445,04</b>
Transporte público de passageiros	23.519.049,32	22.447.304,25
Alugueres de autocarros	4.875,00	6.775,00
Aluquer de carros elétricos	59.398,91	52.365,79

## 16. Outros rendimentos e ganhos operacionais

O detalhe dos outros rendimentos e ganhos operacionais era o seguinte:

	30-junho-2018	30-junho-2017
Rendimentos suplementares	468.813,85	433.959,69
Subsídios à exploração	2.419.047,00	
Regularização de existências	27.878,73	22.497,77
Indemnizações de sinistros recebidos	323.242,51	171.119,13
Outros subsídios	762,56	
Ganhos com ativos fixos tangíveis e intangíveis	286,95	19.450,00
Benefícios e penalidades contratuais	1.933,54	127.443,55
Outros rendimentos operacionais	124.958,76	11.139,82
	<b>3.366.923,90</b>	<b>785.609,96</b>

## 17. Outros gastos e perdas operacionais

O detalhe dos outros gastos e perdas operacionais era o seguinte:

	30-junho-2018	30-junho-2017
Impostos e taxas	75.149,34	81.747,25
Regularização de existências		1.783,57
Indemnizações de sinistros de autocarros	169.252,60	409.645,20
Perdas com ativos fixos tangíveis e intangíveis	5,84	534,46
Quotizações	20.765,05	19.977,08
Donativos	43.400,00	41.406,70
Multas e penalidades contratuais	211,09	180,00
Outros gastos operacionais	1.575,84	707,68
	<b>310.359,76</b>	<b>555.981,94</b>

## 18. Rendimentos e ganhos financeiros

O detalhe dos rendimentos e ganhos financeiros era o seguinte:

Juros e outros ganhos financeiros	30-junho-2018	30-junho-2017
Rendimentos e ganhos com propriedades investimento	230.275,18	166.410,00
Diferenças de câmbio favoráveis		78,19
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.473,32	1.722,69
	233.748,50	168.210,88
Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros	30-junho-2018	30-junho-2017
Ajustamentos positivos nos instrumentos financeiros (nota 17.2)	6.581.260,17	8.324.128,86
	6.581.260,17	8.324.128,86

## 19. Gastos e perdas financeiros

O detalhe dos gastos e perdas financeiros era o seguinte:

Juros e outros gastos e perdas financeiras	30-junho-2018	30-junho-2017
Juros suportados	10.352.829,60	9.177.702,30
Despesas e descontos com emissão financiamento	2.132,70	2.137,68
Outras despesas financeiras com o financiamento	101.227,57	101.110,68
Gastos e perdas em propriedades investimento	31.381,81	31.178,07
Outros gastos e perdas financeiras	6.873,01	2.936,98
	10.494.444,69	9.315.065,71

## 20. Locação

### 20.1 Locação Financeira

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 3.993.613,55 euros e 4.966.471,34 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível):

### 20.2 Locação Operacional

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação operacional, no montante de 85.156,18 euros e 101.321,11 euros, respetivamente (com serviços incluídos e com IVA incluído quando este não é dedutível).

## 21. Outros instrumentos financeiros

Detalhe da rubrica outros instrumentos financeiros a 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Em 30 de junho de 2018	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	99.997.175,67	9.648,83	99.987.526,84	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrigacionista não convertível	99.997.175,67	9.648,83	99.987.526,84	100.000.000,00		100.000.000,00
DGTF 1º Empréstimo 2014	202.754.021,95	77.233.085,03	125.520.936,92	200.833.499,12	75.312.562,20	125.520.936,92
DGTF 1º Empréstimo 2015	3.812.887,54	1.164.554,24	2.648.333,30	3.783.333,32	1.135.000,02	2.648.333,30
DGTF 2º Empréstimo 2015	2.667.360,78	813.425,33	1.853.935,45	2.648.479,18	794.543,73	1.853.935,45
DGTF 3º Empréstimo 2015	3.691.615,06	1.124.948,41	2.566.666,65	3.666.666,66	1.100.000,01	2.566.666,65
DGTF 1º Empréstimo 2017	14.656.012,29	1.232.923,79	13.423.088,50	14.643.369,27	1.220.280,77	13.423.088,50
DGTF 2º Empréstimo 2017	29.680.941,42	2.486.646,33	27.194.295,09	29.666.503,73	2.472.208,64	27.194.295,09
DGTF 1º Empréstimo 2018	8.432.195,70	4.571,05	8.427.624,65	8.427.624,65		8.427.624,65
Emp. participantes no capital	265.695.034,74	84.060.154,18	181.634.880,56	263.669.475,93	82.034.595,37	181.634.880,56
		Justo valor				
	Total	Corrente	Não Corrente			
SWAP- BST OBR07	92.027.551,40	1.256.364,39	90.771.187,01			
Instrumentos derivados	92.027.551,40	1.256.364,39	90.771.187,01			
Outros inst. financeiros	457.719.761,81	85.326.167,40	372.393.594,41	363.669.475,93	82.034.595,37	281.634.880,56

Em 31 de dezembro de 2017	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	100.097.265,08	111.845,74	99.985.419,34	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrigacionista não convertível	100.097.265,08	111.845,74	99.985.419,34	100.000.000,00		100.000.000,00
DGTF 1º Empréstimo 2014	201.119.387,27	50.494.262,95	150.625.124,32	200.833.499,12	50.208.374,80	150.625.124,32
DGTF 1º Empréstimo 2015	3.787.716,96	761.050,32	3.026.666,64	3.783.333,32	756.666,68	3.026.666,64
DGTF 2º Empréstimo 2015	2.651.279,80	532.496,44	2.118.783,36	2.648.479,18	529.695,82	2.118.783,36
DGTF 3º Empréstimo 2015	3.670.367,14	737.033,82	2.933.333,32	3.666.666,66	733.333,34	2.933.333,32
DGTF 1º Empréstimo 2017	14.706.885,10	63.515,83	14.643.369,27	14.643.369,27	0,00	14.643.369,27
Emp. participantes no capital	225.935.636,27	52.548.359,36	173.347.276,91	225.575.347,55	52.228.070,64	173.347.276,91
		Justo valor				
	Total	Corrente	Não Corrente			
SWAP- BST OBR07	128.222.134,88	30.869.687,70	97.352.447,18			
Instrumentos derivados	128.222.134,88	30.869.687,70	97.352.447,18			
Outros inst. financeiros	454.255.036,23	83.569.892,80	370.685.143,43	325.575.347,55	52.228.070,64	273.347.276,91

### 21.1. Financiamentos obtidos

#### Empréstimos Obrigacionistas

Em 30 de junho de 2018 o Grupo detinha um empréstimo por obrigações com as seguintes características:

Emissão de 2007: Empréstimo obrigacionista no montante de 100.000.000,00 euros com uma maturidade de 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor 6 meses e o cupão de juros é semestral. Existe *Call-Option* a partir do 5º ano, total ou parcial. Este empréstimo foi admitido à cotação em março de 2011.

Em 30 de junho de 2018 a taxa do cupão é de -0,2621%. Atendendo ao nível negativo das taxas de juro, não tem havido lugar ao processamento de juros negativos nas datas de vencimento.




Este empréstimo usufrui da garantia pessoal do Estado Português. Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições do contrato.

Embora não seja referido especificamente neste empréstimo, a generalidade deste tipo de contratos prevê no seu clausulado um conjunto habitual de *covenants* para situações de "default", "negative pledge" e "pari passu", consensualmente aceites pelas contrapartes.

Em 30 de junho de 2018, data do balanço, o Grupo não tinha situações de incumprimento relacionadas com o empréstimo contraído.

### **Empréstimos concedidos pelo Acionista único: Estado Português**

Em 30 de junho de 2018, o Grupo detém ainda sete empréstimos de mútuo com as seguintes características:

1. Empréstimo de mútuo concedido em outubro de 2014, no valor de 301.250.248,72 euros destinado a satisfazer as necessidades de financiamento desta sociedade no período compreendido entre outubro e dezembro de 2014. O empréstimo foi disponibilizado em três tranches:
  - De 122.166.600 euros, em 6 de outubro de 2014, a taxa fixa;
  - De 177.083.648,72 euros, em 27 de novembro de 2014, a taxa fixa;
  - De 2.000.000 euros, em 15 de dezembro de 2014, a taxa fixa.
2. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 629/15-SET, de 4 de maio, e da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 15 de maio de 2015, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio/longo prazo no valor de 4.540.000 euros, para fazer face a necessidades operacionais relativas ao 2º trimestre de 2015. A disponibilização foi faseada, nos seguintes montantes e datas:
  - 1.875.000 euros, realizada em 22 de maio de 2015;
  - 1.511.000 euros, realizada na mesma data, 22 de maio;
  - 1.154.000 euros, realizada em 16 de junho de 2015.
3. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1220/15-SET, de 4 de agosto, e da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 16 de setembro de 2015, foi aprovada a concessão de um segundo empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 3.178.175 euros, tendo sido igualmente autorizado o respetivo endividamento, para fazer face às necessidades operacionais relativas ao 3º trimestre de 2015:
  - 1.472.710 euros, realizada em 30 de setembro de 2015;
  - 1.705.465 euros, realizada na mesma data, 30 de setembro.
4. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1900/15-SET, de 19 de novembro, foi aprovada a concessão de um terceiro empréstimo em 2015 de médio e longo prazo, no valor de 4.400.000 euros para fazer face a parte das necessidades de financiamento operacionais da empresa, relativas ao 4º trimestre de 2015. A verba foi disponibilizada numa única tranche em 26 de novembro de 2015.
5. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 340/17-SET, de 31 de maio, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 14.643.369,27 euros, para fazer face às necessidades de financiamento associadas aos fluxos da operação swap a vencer em 2017. O capital mutuado é disponibilizado em duas tranches:
  - 6.947.865,80 euros, realizada em 5 de junho de 2017;
  - 7.695.503,47 euros, a desembolsar até 5 de dezembro de 2017.
6. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1140/17-SET, de 15 de dezembro de 2017, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de

29.666.503,73 euros destinado a fazer face a necessidades de financiamento associadas aos fluxos, vencidos e não pagos, do contrato swap, cujo pagamento estava previsto para 31 de janeiro de 2018.

- O valor foi desembolsado em 29 de janeiro de 2018.

7. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 407/18-SET, de 25 de maio, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de até 17.589.232,29 euros. O empréstimo destina-se a fazer face às necessidades de financiamento associadas aos fluxos, a vencer em 2018, do contrato de swap. O capital mutuado é disponibilizado em duas tranches:

- 8.427.624,65 euros, realizada em 5 de junho de 2018;
- 9.161.607,64 euros, a desembolsar até 5 de dezembro de 2018.

As obrigações com o serviço da dívida vencida, dos referidos empréstimos concedidos pelo acionista único, têm sido cumpridas por via da conversão dos créditos detidos pelo Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças em capital social da STCP.

A 30 de junho de 2018, o Grupo não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

## 21.2. Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de junho de 2018, o Grupo detinha em carteira uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido em 2007. Esta operação terá maturidade em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal do Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo o Grupo contestado e pugnado a improcedência da ação.

Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Grupo desvinculou-se do cumprimento de obrigações que dele decorre, e na pendência do litígio, o Grupo suspendeu o pagamento dos cupões desde o dia 5 de dezembro de 2013.

Em 2 de maio de 2017, o Banco Santander Totta, S.A. e as Empresas de Transporte, com a concordância da República Portuguesa, chegaram a acordo para terminar os processos judiciais intentados pelo Banco junto do Commercial Court de Londres (High Court of Justice) em maio de 2013, relativos aos contratos swap por si celebrados com as Empresas de Transporte.

No quadro do referido acordo, ficou estabelecido que as Empresas de Transporte cumprirão os contratos swap objeto dos Processos Judiciais e desistirão do pedido de admissão de recurso pendente.

Em 31 de janeiro de 2018, e de acordo com o previsto, o Grupo procedeu ao pagamento do montante dos fluxos vencidos e não pagos do referido contrato e que ascendiam a 29.666.505,73 euros.

Em 30 de junho de 2018, o valor de mercado do instrumento derivado contratado ascendia ao montante negativo de 92.027.551,40 euros. A valorização de mercado deste instrumento derivado foi efetuada pela contraparte, Banco Santander Totta, S.A..

## 22. Gestão de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de mercado: de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

O Grupo não está diretamente exposto ao risco cambial.

### 22.1. Risco de taxa de juro

No primeiro semestre de 2018, a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro está presente na variabilidade da Euribor 6 meses da emissão obrigacionista de 2007.

Em 30 de junho de 2018, efetuada uma análise de sensibilidade a variações de + 0,5% na taxa do cupão, até à maturidade, verifica-se um aumento nos encargos em cerca de 1,4 milhões de euros.

### 22.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância muito relevante para o Grupo, atendendo ao facto de este não gerar excedente de tesouraria suficiente para se auto sustentar.

A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos assumidos no decurso da atividade.

Com a finalidade de mitigar este risco, o Grupo:

1. Procede ao planeamento financeiro, prevendo num horizonte temporal alargado a sua tesouraria;
2. Reporta as necessidades previsionais de financiamento, por forma a garantir fundos necessários à prossecução da sua atividade operacional, financeira e de investimento.
3. Reporta mensalmente o acompanhamento de execução ao Acionista.

### 22.3. Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito concedido a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição o Grupo está sujeito, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas.

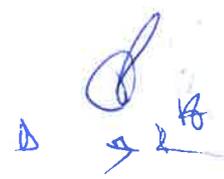
Para mitigar o risco, o Grupo analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

O Conselho de Administração entende que, a 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as perdas por imparidade registadas, resultantes de dívidas a receber, refletem a realidade do risco de incobrabilidade assumido pelo Grupo.

## 23. Responsabilidades por benefícios de reforma e invalidez

O Grupo possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definido que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse os 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em dezembro de 1998 o Grupo transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI – Aberto, procedendo, com a assinatura do contrato de adesão, a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom left corner of the page.Handwritten signatures and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

A 30 de junho de 2018, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	30-Junho-18	31-dezembro-17
Custo com serviços passados de reformados	1.940.419,00	2.119.771,00

O valor dos ativos no fundo era, a 30 de junho de 2018, de 1.459.722 euros (o que representa um nível de financiamento de 75,2%), comparativamente com 1.642.119 euros (o que representa um nível de financiamento de 77,5%), em 31 de dezembro de 2017.

## 24. Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos pendentes no final de cada exercício em Tribunal e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: de acordo com os encargos que o Grupo deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 30 de junho de 2018. Até fevereiro de 1998, o Grupo foi auto-segurador relativamente a estes acidentes, existindo, no entanto, um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, o Grupo transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.
- Outros riscos e encargos: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos com a sua frota, da sua responsabilidade, pendentes em 30 de junho de 2018, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data (nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas, bem como para fazer face a outras obrigações legais).

O movimento nas provisões, no primeiro semestre de 2018, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo 01.01.18	Aumentos	Diminuições	Saldo 30.06.2018
Processos judiciais em curso	16.017.222,80		13.804,67	16.003.418,13
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	430.333,24			430.333,24
Outros riscos e encargos	3.464.438,24	57.071,24		3.521.509,48
	19.911.994,28	57.071,24	13.804,67	19.955.260,85

O Grupo tem uma sentença desfavorável no âmbito de um processo judicial cujo valor é materialmente relevante, mas não provisionado:

- Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português e contra a STCP e Carris nos termos da qual se reclamava a anulação da Resolução do Conselho de Ministros nº 52/2003 de 27 de março na parte que atribui à Carris e à STCP as indemnizações compensatórias de respetivamente 40.916.478,00 euros e de 12.376.201,00. A decisão do Supremo Tribunal de justiça, de 12 de janeiro de 2012, foi no sentido de anular aquela resolução. Assim, pode estar em causa a devolução das indemnizações compensatórias por parte da STCP. O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores para este processo decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio. Do acima exposto, podemos concluir que estamos na presença de um passivo contingente porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros




nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

## 25. Capital nominal

Em 31 de dezembro de 2017, a quantia escriturada do capital social emitido pela STCP, SA correspondia à rubrica Capital social, no montante de 213.152.770 euros, totalmente realizado, e representada por 42.630.554 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português, sendo que, a essa data, se aguardava o registo na Conservatória do Registo Comercial do último aumento de capital social.

Em 29 de maio de 2018, por vontade expressa do acionista único Estado Português, por meio de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 18.200.000 euros, através da emissão de 3.640.000 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e integralmente realizado em numerário nessa data, tendo apenas as formalidades legais para a sua concretização terminado em julho de 2018.

Em 30 de junho de 2018, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia à rubrica Capital social, no montante de 231.352.770 euros, totalmente realizado, e representada por 46.270.554 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português.

O capital social do Grupo é detido a 100% pelo Estado Português.

## 26. Partes relacionadas

As participadas do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação, as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

As transações com entidades relacionadas e não consolidadas, ou consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, tinham o seguinte detalhe:

Entidades relacionadas	30-jun-18		31-dez-17	
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos operacionais	Proveitos operacionais
Metro, S.A.	25.320,00	31.595,33	73.574,30	131.493,56
TIP,ACE	861.569,77	16.597.817,87	1.666.155,88	35.568.055,08
Transpublicidade, S.A.		73.534,60		167.002,54
OPT	46.266,53		89.524,96	

## 27. Resultados por ação

Os resultados por ação foram calculados da seguinte forma:

	30-junho-2018	30-junho-2017
Resultados líquidos do período	-4.232.252,59	-243.887,80
Nº médio ponderado de ações	43.277.665	29.032.653
Resultado por ação básico	<b>-0,10</b>	<b>-0,01</b>

## 28. Capital próprio negativo

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Grupo obteve um resultado negativo de 4.232.252,59 euros, verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu ativo total em 397.667.388,88 euros.

A STCP apresenta sistematicamente resultados líquidos e capitais próprios negativos. O Acionista sempre assumiu as responsabilidades globais com terceiros. É entendimento da STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantido dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

## 29. Aprovação das demonstrações financeiras

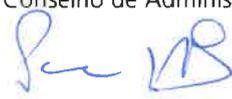
As presentes demonstrações financeiras consolidadas do primeiro semestre de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de setembro de 2018.

Porto, 18 de setembro de 2018

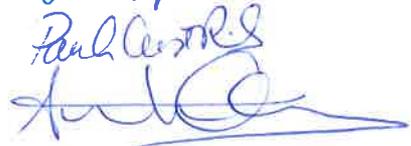
O Contabilista Certificado n.º 6622



O Conselho de Administração



Isabel Botelho (by  
our proxy Paulo Costa)



### 3 Declaração de Conformidade

#### **Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do Art.º 246º do Código dos Valores Mobiliários**

Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do Artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., declaram que, quanto é do seu conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas semestrais foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no seu perímetro da consolidação; e
- b) O relatório de gestão intercalar contém uma indicação fiel dos acontecimentos importantes que ocorreram no primeiro semestre de 2018 e o impacto dos mesmos nas respetivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Porto, 18 de setembro de 2018

#### **O Conselho de Administração**

Presidente executivo:



(Paulo de Azevedo Pereira da Silva)

Vogais executivos:



(Ângelo Augusto Santos Oliveira)



(Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça)

Vogais não executivos:



(Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos)



(Avelino José Pinto de Oliveira)

